



DISCURSO PARLAMENTAR, REPRESENTAÇÃO E AUDITÓRIO UNIVERSAL: OS DESCAMINHOS DA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

Jivago Spinola Gonçalves Ferreira¹

Palavras-chave: Discurso. Representação. Auditório. Argumentação. Ética.

RESUMO

O discurso parlamentar, independente do momento e das variantes históricas, sempre esteve ancorado em ao menos duas premissas: a de refletir uma determinada vivência de representação política e a de se dirigir a um determinado interlocutor, a um determinado auditório.

Dessa forma, partindo da distinção clássica sobre os tipos de auditório, importa analisar o discurso parlamentar sob a perspectiva de um auditório específico - o Auditório Universal. E considerando a premissa de que todo discurso reflete uma determinada vivência de representação política, cumpre apontar, desde logo, que não se trata aqui de observar as características dessa representação, mas sim de observar as condições de possibilidade dessa representação a partir de um momento histórico de ruptura entre o discurso e o auditório.

Assim, longe de se trabalhar o desenvolvimento teórico dos inúmeros conceitos de representação, o fio condutor do texto consiste em apontar um movimento que, antes mesmo de tornar problemática a questão da representação política no mundo contemporâneo, engendrou um distanciamento cada vez mais profundo entre o discurso e o auditório, de maneira que tal movimento pode ser apontado como a raiz primeira e produtora do conseqüente esvaziamento da identidade entre discurso e auditório, comprometendo assim o desenvolvimento do termo representação. E que movimento foi esse? A própria instauração da Ética contemporânea – o que não deixa de ser uma idiosincrasia dessa nova realidade. E uma vez que a Ética trata da regulação do espaço público de convivência entre os homens, falar desse movimento significa falar também de como esse movimento afetou esse espaço de convivência no âmbito da relação entre o discurso e o auditório – objetivo principal do presente texto.

Fruto de um desdobramento histórico que tentou produzir um padrão ético desconexo de um padrão moral/valorativo de natureza humana, a construção do conceito *Ética*, especificamente entre os séculos XVIII e início do XXI, sob os auspícios do raciocínio

¹ Câmara dos Deputados (jivago.ferreira@gmail.com).

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



more geométrico cartesiano, acabou por produzir um arquétipo de organização social/estabelecimento de valores que provocou um descompasso entre o discurso parlamentar e os anseios da população/auditório, situação essa que tem resvalado nas discussões da Ciência Política sobre as características do conceito de representação.

Nessa medida, pretende-se, de forma inicial, apontar a relação existente entre o discurso parlamentar e o seu público alvo – também conhecido tecnicamente nos tratados de argumentação como auditório –, considerando a distinção clássica entre os tipos de auditório, mas priorizando o conceito de auditório universal, uma vez que ele é o conceito identidade das diversas teorias de representação.

Em continuidade, ainda sob a ótica do discurso, será sublinhada a diferença aristotélica entre os raciocínios dialético e analítico, tendo em vista que essa distinção ultrapassa o caráter histórico da matéria, uma vez que a argumentação cartesiana – direcionadora sistêmica da mudança ética apontada – redimensionou esses raciocínios no campo das teorias da argumentação. O redimensionamento cartesiano será discutido posteriormente, no desenvolvimento histórico da concepção do conceito *Ética*.

Na sequência, discutir-se-á o impacto que tal redimensionamento ocasionou no espaço de convivência humana, a partir de uma leitura *en passant* da construção histórica do conceito *Ética*, mas sob a perspectiva do impacto desse novo *modus vivendi* na relação entre o discurso e o seu auditório, situação também justificadora do atual flerte social com um modelo de representação cada vez mais direto, viabilizado pelas novas tecnologias de comunicação existentes.

Cabe destacar que foram utilizados os métodos histórico e dialético, tendo como norte epistemológico a construção do conceito *Ética* ao longo do tempo. Para tanto, procurou-se analisar os desdobramentos práticos dessa construção a partir dos pontos de inflexão que representaram uma clivagem no *modus vivendi* da condição humana. Contudo, em relação a essa periodização histórica, optou-se por uma posição intermediária entre a periodização clássica da história da filosofia (campo próprio da *Ética*) e a periodização proposta por Mário Ariel González Porta – período metafísico, período epistemológico e período semântico-hermenêutico (que representaria, respectivamente, a época antiga, medieval e início da moderna, época moderna e época contemporânea).

Sobre esse posicionamento intermediário, tendo em vista que o espaço público de convivência entre os homens é regulado pela tríade moral-ética-lei, a ideia é salvaguardar um determinado arquétipo procedimental que apresente a operacionalização e o desenvolvimento dessa tríade, e o conseqüente impacto que essa relação produz na representação política contemporânea e, por seu turno, no discurso parlamentar.

Por fim, não sendo um dos objetivos do texto apresentar um direcionamento de ação, saliente-se que a ideia maior é a produção do debate sobre um determinado encaminhamento histórico que engendrou um discurso que não mais consegue atingir o

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

*Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF*



seu auditório, situação essa que tem provocado o definhamento do próprio discurso parlamentar e, por seu turno, da própria ideia de representação. Nesse diapasão, em tempos de ruptura entre discurso e representação, uma conseqüente questão que vai se delineando para debates presentes e futuros é o paulatino surgimento de um auditório cada vez menos universal, situação que cada vez mais contribui para o crescente surgimento não só dos discursos totalitários, mas também dos auditórios totalitários.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **A vida do espírito**. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓTELES. **Obras completas**. Portugal: Imprensa Nacional, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2008.

DESCARTES, Rene. **Discurso do Método**. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PLATÃO. **A república**. 14. ed. Portugal: Calouste Gulbenkian, 2014.